

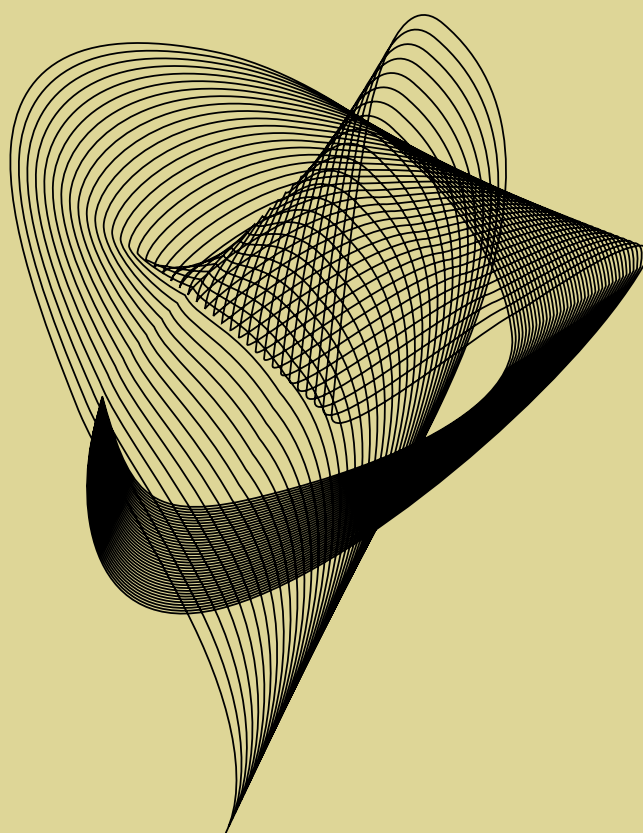
UFRJ
ie.
instituto de economia



LAESER

Laboratório de Análises Econômicas, Históricas,
Sociais e Estatísticas das Relações Raciais

TEMPO EM CURSO



Publicação eletrônica mensal sobre as desigualdades de cor ou raça
e gênero no mercado de trabalho metropolitano brasileiro

Ano IV; Vol. 4; nº 6, Junho, 2012

(Conjuntura econômica brasileira do primeiro trimestre de 2012)

ISSN 2177-3955

Sumário

1. Apresentação
2. Conjuntura econômica do primeiro trimestre de 2012
3. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal
4. Evolução da taxa de desemprego aberto
5. Evolução da massa de rendimento médio real habitual de todos os trabalhos

Anexo. Síntese estatística: indicadores representativos sobre desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho brasileiro

1. Apresentação

Com o presente número, chegou-se a 32ª edição do boletim eletrônico "Tempo em Curso". Os indicadores desta publicação se baseiam nos microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), divulgados, mensalmente, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em seu portal (www.ibge.gov.br), e tabulados pelo **LAESER** no banco de dados "Tempo em Curso".

O "Tempo em Curso" se dedica à análise da evolução do rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal e da taxa de desemprego nas seis maiores Regiões Metropolitanas (RMs) brasileiras cobertas pela PME. Da mais ao Norte para a mais ao Sul, estas são as seguintes: Recife (PE), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Porto Alegre (RS).

A presente edição acompanha a evolução dos indicadores de rendimento e desemprego dentro do intervalo de tempo compreendido entre abril de 2011 e abril de 2012.

Conforme anunciado no boletim de março, o tema especial do "Tempo em Curso" de cada trimestre, logo após a divulgação do resultado das Contas Nacionais pelo IBGE, será uma análise sobre conjuntura econômica. Com isso, se pretende analisar de forma mais detida a evolução das desigualdades de cor ou raça no merca-

do de trabalho metropolitano do país, à luz do contexto da evolução da economia brasileira no seu conjunto. Mais uma vez, contou-se com a colaboração de João Saboia, Professor Titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ).

Esta edição do "Tempo em Curso" também apresenta uma inédita análise comparativa dos dados de abril de 2011 e de abril de 2012 da massa de rendimentos habitual de todos os trabalhos e o modo de sua distribuição entre os grupos de cor ou raça e sexo nas seis maiores RMs brasileiras.

2. Conjuntura econômica do primeiro trimestre de 2012 (tabela 1 e Box 1)

Em agosto de 2011, o Banco Central do Brasil (BCB) iniciou o processo de redução da taxa básica de juros do país (Selic), sob o argumento de que a crise internacional estava muito forte, e que a economia brasileira poderia ser atingida por seus efeitos em algum momento. Entre agosto de 2011 e maio de 2012, a autoridade monetária reduziu a taxa Selic de 12,0% para 8,5%, em uma queda de 3,5 pontos percentuais.

Não foram poucas as vozes surgidas na mídia criticando o novo comportamento do Banco Central, com os argumentos usuais de que esse tipo de medida acarretaria aumento da inflação. Quase um ano depois, fica claro que o BCB tinha razão para se preocupar. A crise internacional aumentou de intensidade, e a desaceleração da economia brasileira é evidente.

Segundo os dados das Contas Nacionais do primeiro trimestre de 2012, divulgados pelo IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu apenas 0,2% no primeiro trimestre de 2012 em relação ao quarto trimestre de 2011.

Já quando comparado com o primeiro semestre de 2011, o crescimento do PIB não passou de 0,8%.

Tabela 1. Resultados do PIB a preços de mercado, Brasil, primeiro trimestre de 2011 – primeiro trimestre de 2012 (em variação %)

	Trimestres				
	2011:I	2011:II	2011:III	2011:IV	2012:I
Acumulado do ano (últimos quatro trimestres)	6,3	4,9	3,7	2,7	1,9
Evolução em relação ao mesmo trimestre do ano anterior	4,2	3,3	2,1	1,4	0,8
Evolução no trimestre (em relação ao trimestre imediatamente anterior)	0,9	0,5	(-) 0,1	0,2	0,2

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais, Indicadores de volume e valores correntes, Janeiro/Março 2012; IBGE. <http://www.scribd.com/doc/51833202/IBGE-2010-Contas-Trimestrais>

A taxa anual de crescimento (resultado acumulado dos quatro trimestres imediatamente anteriores) vem caindo desde o início de 2011, quando estava em 6,3%. No primeiro trimestre de 2012, a mesma não passou de 1,9%. A se manter o ritmo atual, o PIB dificilmente crescerá mais que 2% em 2012.

A análise do PIB pela ótica da demanda mostra que, enquanto o consumo das famílias e do governo manteve-se positivo, os investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF) têm apresentado resultados negativos. Esse dado é preocupante, na medida em que, sabidamente, a taxa de investimentos do país é baixa, e precisa ser elevada para que, no futuro, se possa crescer sem pressões inflacionárias.

O governo tem tomado algumas medidas para tentar contornar a situação. A própria presidente Dilma veio a público para denunciar as extorsivas taxas de juros cobradas pelos bancos, forçando os bancos públicos a reduzi-las. Com isso, houve uma pressão sobre os bancos privados, que acabaram também reduzindo suas taxas.

Por outro lado, o governo voltou a reduzir impostos (como o IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre uma série de bens de consumo duráveis, como já havia feito em 2009. Os estoques de automóveis nas fábricas cresceram bastante ao longo do primeiro semestre, com ameaças de demissões nas montadoras. Além disso, os produtos da chamada linha branca (fogões, geladeiras etc.) também foram beneficiados pela redução de IPI, na tentativa de reativar suas vendas.

Apesar da redução, as taxas de juros cobradas no país continuam muito elevadas quando comparadas às internacionais. Para piorar a situação, a inadimplência tem crescido muito, deixando claro que a população

encontra-se endividada, e que dificilmente poderá contrair novos empréstimos. O índice de inadimplência entre abril e maio cresceu 6,2%, sendo o cartão de crédito e o cheque especial as principais causas de dívidas não pagas¹ (a esse respeito ver box abaixo).

Seguindo o desaquecimento da economia, o mercado de trabalho também vem dando sinais de desaceleração. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), o número de empregos com carteira assinada gerados em 2012 é menor que o gerado em 2011. Apesar disso, mais de 800 mil empregos com carteira assinada tinham sido criados no país nos cinco primeiros meses do ano.

Todavia, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), como será visto abaixo, continua mostrando resultados relativamente favoráveis, com redução da taxa de desemprego e aumento do rendimento médio. Porém, não está claro até quando tais dados continuarão positivos.

No plano cambial, a recente desvalorização do real, ocorrida nos últimos meses, é favorável para os exportadores, cujos produtos ficarão mais competitivos (mais baratos) no resto do mundo, podendo eventualmente aumentar suas vendas. Porém, com a crise internacional, a tendência é de redução das compras no exterior, dificultando o aumento das exportações. Outro ponto negativo da desvalorização cambial é que o aumento dos preços (em R\$) dos produtos importados poderá se refletir na inflação.

Em resumo, apesar de possuir um importante mercado interno com potencial para aumento da demanda, o Brasil passa por um momento de incertezas, que provavelmente resultará em uma taxa medíocre de crescimento econômico em 2012.

Box 1. Crédito e endividamento das famílias: será esse o melhor caminho para a retomada do crescimento econômico?

Neste ano, o governo do Brasil, conjuntamente com a política monetária praticada pelo BCB, procurou reduzir as taxas de juros e os *spreads* praticados pelos bancos comerciais. Por *spread* bancário se entende a diferença entre o custo que o banco tem para captar um recurso (a taxa básica de juros, *Selic*) e o quanto esse mesmo banco cobra pelo recurso quando o empresta a um cliente. Esse montante é influenciado por diversos fatores, entre

¹ Dados da Seresa Experien.

A esse respeito ver: <http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/6/20/inadimplencia-volta-a-crescer-em-maio>

outros, o grau de oligopolização do mercado creditício (número de empresas disponíveis para emprestar recursos financeiros para o público e como elas competem entre si), avaliação de risco de não pagamento por parte dos tomadores de empréstimos e o grau de influência política que as instituições financeiras possuem junto às autoridades governamentais que tomam decisão nessa área afetando o grau de controle do poder público sobre essas práticas.

Por isso que, no Brasil, existe uma diferença tão elevada entre o valor da taxa básica de juros e o montante pago pelas famílias às instituições financeiras quando da tomada de empréstimos, no cartão de crédito ou no cheque especial. Ou seja, além da taxa básica de juros praticada no Brasil ter se caracterizado nas últimas décadas por ser uma das maiores do mundo, o *spread* bancário igualmente é bastante oneroso para quem toma empréstimo pessoal ou para atividades relacionadas ao próprio negócio.

Uma política monetária que se fundamenta na manutenção de elevadas taxas de juros, em geral, visa o controle da inflação. O nível da taxa de juros pode servir para estimular ou atenuar o ritmo de crescimento da economia. Isso porque com taxas menores (ou seja, fica mais barato adquirir um empréstimo) as pessoas se sentem mais estimuladas às compras, e, as empresas, à ampliação da produção e dos investimentos. E vice-versa, situação na qual os preços tenderiam a cair devido ao desaquecimento da demanda interna.

Por outro lado, tendo em vista um histórico até então recente de seguidas crises econômicas decorrentes da incapacidade do Estado brasileiro em pagar seus compromissos financeiros junto aos credores de outros países, desde o Plano Real (adotado em 1994), as políticas de juros igualmente procuraram atrair investidores estrangeiros através de rendimentos mais rentáveis pagos no país para os seus investimentos, especialmente em títulos do governo. Assim, as autoridades brasileiras conseguiram acumular grande volume de reservas estrangeiras (dólar, euro), desse modo lhes permitindo enfrentar as adversidades que assolaram desde então a economia mundial, e que, em geral, implicam, justamente, em grande fuga de divisas de países como o Brasil, afetando seriamente o Saldo de Transações Correntes da Balança de Pagamentos (grosso modo, saldo agregado das divisas que entram e saem do país derivado das transações comerciais, investimentos estrangeiros e remessas de lucros, pagamentos e recebimentos de royalties, etc).

Por outro lado, esses recursos que são aplicados na aquisição de títulos da dívida pública (provenientes de dentro e de fora do país), na medida em que são remunerados pela taxa básica de juros, ampliam o montante de recursos que o Estado precisa transferir para os credores, ou seja, os possuidores de títulos da dívida interna. Com isso, anualmente, cerca de R\$ 250 bilhões do Orçamento Geral da União são pagos ao sistema financeiro pelo pagamento da dívida interna.

As decisões recentes do governo no campo da política de juros vêm se dando através de contínuas reduções na taxa básica de juros por parte do BCB e por intermédio de uma política competitiva, utilizando-se dos bancos públicos para ampliar o crédito disponível e abater o preço dos empréstimos. Com isso, os bancos privados se veem forçados a adotar políticas semelhantes, sob o risco de perda de clientes tomadores de empréstimos. Essa política é coerente com o que vem ocorrendo em diversos países, em todos os casos visando-se mitigar os efeitos da crise financeira que segue castigando as economias de todo o mundo.

Se por um lado é inequívoca a necessidade de redução dos juros praticados no Brasil, existe um problema implicado nessa política que diz respeito à forma pela qual o governo entende que deva ser combatida a crise econômica que paira sobre o país. Ou seja, mediante o aumento do consumo das famílias, através da elevação de seu endividamento na aquisição de bens duráveis (imóveis, carros, eletrodomésticos etc.).

De acordo com o Banco Central, em nota à imprensa sobre Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro, de 26 de junho desse ano, a relação entre o estoque total de crédito das operações do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e o PIB atingiu pela primeira vez o patamar de 50%. Isto representa uma expansão de crédito de 18,3% em doze meses, saltando de uma razão estoque/PIB de 45,7%. A participação dos bancos públicos na concessão de crédito aumentou 0,4% somente em maio em relação a abril.

Em relação às taxas de juros e montante de crédito disponibilizado no mês de maio, a nota diz o seguinte:

“Nas operações com pessoas físicas, destacou-se o crescimento da carteira de crédito pessoal, com variação de 1,9% no mês, totalizando R\$263 bilhões em maio, impulsionada pelas concessões de empréstimos consignados. Em sentido inverso, observou-se redução nos saldos de modalidades com custo mais elevado, como cheque especial e cartão de crédito, ambos com retração de 2,8% no mês. O saldo dos financiamentos de veículos cresceu 0,2% no mês.

Entre as modalidades destinadas a pessoas jurídicas, os empréstimos para capital de giro aumentaram seu ritmo de expansão, atingindo R\$330 bilhões em maio, com crescimento de 2,4% no mês, e 18,1% em doze meses, destacando-se a maior demanda por crédito pelas pequenas e médias empresas, impulsionada por melhores condições em termos de taxas de juros, prazos e limites de contratação, bem como por perspectivas de maior dinamismo da atividade econômica no segundo semestre. As operações lastreadas em recursos externos, saldo de R\$76 bilhões, registraram incremento de 9%, para o qual contribuiu a depreciação cambial de 7% no mês.

A taxa média de juros das modalidades que compõem o crédito referencial atingiu 32,9% a.a. em maio, após reduções de 2,2 p.p. no mês e 7,1 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, alcançando o menor patamar registrado na série histórica iniciada em junho de 2000. A diminuição no custo do crédito ocorreu em ambos os segmentos de tomadores, com destaque para os empréstimos às famílias, que registraram recuo de 3 p.p. na taxa média, situando-se em 38,8% a.a., a mais baixa da série iniciada em julho de 1994. No segmento de empresas, a taxa média situou-se em 25% a.a., com redução de 1,3 p.p. No mesmo sentido, os spreads bancários assinalaram reduções de 2,4 p.p. no crédito a pessoas físicas e de 0,7 p.p. nas operações com pessoas jurídicas.”

Como se pode ver, a política atual de crédito está conseguindo lograr reduções nas taxas cobradas assim como a expansão do crédito disponível às famílias e às empresas. Com isso há um processo natural de aumento do endividamento das unidades familiares. Contudo, o crescimento do comprometimento da renda doméstica com o serviço da dívida familiar supera a tendência de redução dos juros o que, por sua vez, na contramão das intenções originais dos formuladores de políticas econômicas, amplia as dificuldades para o próprio crescimento do consumo. Daí as taxas mais elevadas de inadimplência noticiadas recentemente. Ou seja, em um período recente aumentou o percentual de famílias que não conseguem pagar suas dívidas.

Nesse sentido é sempre bom destacar que o apelo ao consumo enquanto forma de dar ‘um tranco’ na economia, pode ser em longo prazo limitado, especialmente se o restante da economia não acompanha essa elevação através do crescimento dos investimentos públicos e privados. Ainda que tal ameaça não esteja atualmente colocada no país, foi justamente do progressivo crescimento do endividamento das famílias que nasceram as atuais dificuldades da economia dos EUA, em 2008, originada na chamada *Crise das Hipotecas*.

Portanto, o limite da política econômica atual não reside na redução dos juros, que em si mesma é necessária, no mínimo para desonerar o Estado brasileiro dos elevados encargos com o pagamento da dívida interna. O problema consiste em apostar na elevação do consumo privado das famílias pela via do endividamento como uma via de acesso para o estímulo ao crescimento econômico. Nesse momento talvez fosse mais razoável se apostar na superação da baixa taxa de crescimento da economia do país por meio de maços investimentos na produção de bens de consumo coletivo, especialmente a ampliação do sistema educacional, da rede hospitalar, do transporte coletivo, do saneamento básico e na proteção ambiental.

Assim, o crescimento econômico que seria derivado desses gastos públicos poderia ser associado com a expansão dos direitos sociais para o conjunto da população brasileira.

3. Evolução do rendimento habitual médio do trabalho principal (tabela I)

No mês de abril de 2012, o rendimento médio habitualmente recebido pela PEA ocupada de ambos os sexos residente nas seis maiores RMs foi igual a R\$1.719,51. Esse valor correspondeu a uma queda de 1,2% em relação ao mês de março de 2012. Porém, representou uma elevação de 6,2% na comparação com abril de 2011.

O rendimento habitual médio da PEA branca de ambos os sexos foi de R\$ 2.142,31 em abril de 2012. O indicador para a PEA preta & parda de ambos os sexos em igual período foi de R\$ 1.181,44. Comparativamente a março de 2012, notou-se retração de igual magnitude no rendimento de ambos os grupos de cor ou raça: 1,8%.

Entre abril de 2011 e 2012, houve elevações reais de rendimentos de 3,6%, no caso da PEA branca de ambos os sexos, e de 8,5% para a PEA preta & parda de ambos os sexos.

O rendimento dos homens brancos se reduziu 2,6% em relação a março de 2012. Já o rendimento dos homens pretos & pardos caiu 2,1%. Na comparação anual, verificou-se que os homens brancos obtiveram aumento de 3,4% em seus rendimentos, e os homens pretos & pardos, de 7,3%.

No caso do rendimento das mulheres brancas, entre março e abril de 2012, notou-se queda de 0,7%. O mesmo indicador para as mulheres pretas & pardas se retraiu em 1,1%. Na comparação com abril de 2011, ocorreu elevação no rendimento de 3,8%, para as trabalhadoras brancas, e, de forma mais expressiva, de 10,6% para as trabalhadoras pretas & pardas.

Em abril de 2012, a PEA branca de ambos os sexos possuía rendimento real médio 81,3% superior à PEA preta & parda de ambos os sexos. Na medida em que os rendimentos mensais de ambos os grupos evoluíram de forma idêntica entre aquele mês e o anterior, as assimetrias de cor ou raça permaneceram iguais. Referencialmente a abril de 2011, a assimetria entre os grupos de cor ou raça diminuiu 8,6 pontos percentuais.

A desigualdade entre o rendimento dos homens brancos e dos homens pretos & pardos, em abril de 2012, alcançou 86,3%, favorável aos primeiros. Em relação a março do mesmo ano, a assimetria no indicador decli-

nou em 1,1 pontos percentuais. Comparativamente a abril de 2011, a diferença caiu 7,0 pontos percentuais.

Naquele mesmo intervalo, entre as trabalhadoras, a assimetria de rendimentos foi de 75,2%, favorável às mulheres brancas, tendo aumentado 0,7 ponto percentual em relação ao mês anterior. Em relação a abril de 2011, a desigualdade se retraiu em 11,5 pontos percentuais.

Em abril de 2012, a diferença entre os rendimentos dos homens brancos e das mulheres pretas & pardas era de 144,6%. No mesmo período, as mulheres brancas possuíam rendimentos 33,5% maiores que os homens pretos & pardos.

4. Evolução da taxa de desemprego aberto (tabela II)

A taxa de desemprego da PEA de ambos os sexos residente nas seis maiores RMs foi de 6,0% em abril de 2012. O mesmo indicador para a PEA branca de ambos os sexos foi igual a 5,3%. Para a PEA preta & parda de ambos os sexos, o indicador foi de 7,0%.

Na comparação com março de 2012, a taxa de desemprego da PEA de ambos os sexos se reduziu 0,2 ponto percentual. Entre abril de 2011 e de 2012, notou-se retração de 0,4 ponto percentual no indicador. Essas informações de algum modo ratificam o debate feito acima sobre o ainda fraco efeito da menor taxa de crescimento econômico do país no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.

Em abril de 2012, a taxa de desemprego da PEA branca de ambos os sexos experimentou ligeira queda mensal de 0,1 ponto percentual. A taxa de desemprego da PEA preta & parda de ambos os sexos, para o mesmo período, se reduziu em 0,2 ponto percentual.

Em relação a abril de 2011, o indicador se retraiu 0,2 ponto percentual, no caso da PEA branca, e 0,5 ponto percentual para a PEA preta & parda.

Na comparação entre março e abril de 2012, as taxas de desemprego dos homens brancos e pretos & pardos variaram negativamente, em respectivamente, 0,4 e 0,3 ponto percentual. Na comparação com abril de 2011, o indicador se reduziu 0,2 ponto percentual, para os homens brancos, e 0,5 ponto percentual, para os homens pretos & pardos.

Entre março e abril de 2012, ocorreu pequena variação positiva de 0,1 ponto percentual na taxa de desemprego das mulheres brancas. No mesmo período, o indicador das mulheres pretas & pardas se manteve estável. Já em relação a abril de 2011, as mulheres de ambos os grupos de cor ou raça obtiveram queda nas suas taxas de desemprego: o indicador das mulheres brancas caiu 0,3 ponto percentual, e o das mulheres pretas & pardas, 0,2 ponto percentual.

5. Evolução da massa de rendimento médio real habitual de todos os trabalhos (tabela III)

A massa de rendimento médio real habitual de todos os trabalhos é a soma do rendimento de todos os trabalhos para o total da população ocupada. Isto é, trata-se da agregação do rendimento médio habitualmente recebido por todos os trabalhadores da economia captados pela PME em todos os trabalhos que possam vir a possuir em um determinado período de tempo. Por outro lado, esse indicador não incorpora outros tipos de rendimentos que não o do trabalho, como, por exemplo, as rendas de aposentadorias, pensões, aluguéis etc.

O presente exercício consiste em avaliar como essa massa de rendimentos se encontra distribuída pelo somatório dos trabalhadores ocupados com remuneração segundo seus grupos de cor ou raça e sexo. Nesse sentido, seria como buscar uma espécie de indicador de algum modo aproximado da distribuição de renda lida pelo seu lado funcional, procurando captar como cada grupo de cor ou raça e sexo participa na repartição da riqueza produzida no seu conjunto.

Em abril de 2012, a massa de rendimentos real habitual para a PEA de ambos os sexos das seis maiores RMs brasileiras foi de R\$ 39,4 bilhões de reais. Em relação a abril de 2011, houve um aumento, em termos reais, de 8,0% no indicador.

Desagregando a massa de rendimento pelos grupos de cor ou raça, notou-se que a PEA branca de ambos os sexos auferiu, em abril de 2012, R\$ 26,2 bilhões, o que representa uma evolução anual positiva de 6,7% em sua massa de rendimento. Para o mesmo intervalo, a massa de rendimento da PEA preta & parda de ambos os sexos cresceu 8,3%, alcançando R\$ 12,3 bilhões em abril de 2012.

Nesta data, a massa de rendimento de todos os trabalhos dos homens brancos cresceu 6,6%, enquanto,

o mesmo indicador para os homens pretos & pardos evoluiu positivamente em 7,4%. No caso das mulheres, observou-se que a massa das mulheres brancas aumentou 7,0% em relação a abril de 2011, ao passo que o indicador das mulheres pretas & pardas obteve a elevação mais expressiva dentre todos os grupos de cor ou raça e sexo: 9,9%.

Estes resultados dialogam com os dados do rendimento médio habitual do trabalho principal, apresentados na seção 3. Apesar do indicador comentado da terceira seção não ser plenamente compatível com a massa de rendimento de todos os trabalhos, uma vez que considera em seu cômputo apenas o trabalho principal, ambos os indicadores se aproximam quanto a percepção do movimento de elevação do rendimento médio, principalmente no caso da PEA preta & parda.

É interessante notar que, para este grupo de cor ou raça, as variações da massa de rendimento entre abril de 2011 e abril de 2012 são muito próximas das elevações relativas do rendimento médio. Recuperando as informações já apresentadas, o rendimento médio da PEA preta & parda de ambos os sexos variou 8,5% neste período, enquanto a massa de rendimento para o mesmo intervalo evoluiu 8,3%.

Já no caso da PEA branca, há uma maior distância entre as variações no rendimento médio e na massa de rendimentos, de maneira que as mudanças na massa de rendimentos de tal grupo de cor ou raça se mostraram mais acentuadas do que no rendimento médio. Em relação a abril de 2012, o rendimento médio do trabalho principal da PEA branca de ambos os sexos se elevou em 3,6%, enquanto a massa dos rendimentos do trabalho sofreu aumento de maior magnitude: 6,7%.

Apesar das evoluções positivas da massa de rendimento, a composição da mesma dentre os grupos de cor ou raça ainda se mostrava bastante desigual em abril de 2012. Primeiramente, cabe apontar que notou-se alta rigidez na participação de cada grupo de cor ou raça na massa dos rendimentos do trabalho, que pouco variou em relação a abril de 2011.

Em abril de 2012, 66,6% da massa de rendimentos de todos os trabalhos da PEA metropolitana pertenciam a PEA branca. Em contrapartida, somente 31,2% da mesma havia sido auferida pela PEA preta & parda. Em relação a abril de 2011, notou-se queda de 0,8 ponto percentual na proporção da massa pertencente à PEA

branca e aumento de apenas 0,1 ponto percentual da massa da PEA preta & parda.

A maior parte da massa de rendimento em abril de 2012 foi auferida pelos homens brancos: 41,4%. Já os homens pretos & pardos receberam 19,3% da mesma para este mês. Na comparação com abril de 2011, houve queda de 0,5 ponto percentual na proporção pertencente aos homens brancos e retração de 0,2 pontos percentuais naquela experimentada pelos homens pretos & pardos.

As mulheres brancas receberam, em abril de 2012, 25,2% da massa de rendimento de todos os trabalhos, tendo ocorrido diminuição anual de 0,3 ponto percen-

tual de sua participação na mesma. A parcela auferida pelas mulheres pretas & pardas se elevou em 0,2 ponto percentual, formando somente 11,8% da massa de rendimentos em abril de 2012.

Ou seja, apesar de entre abril de 2011 e abril de 2012 a massa do rendimento do trabalho das trabalhadoras desse grupo de cor ou raça e sexo ter sido ampliado em uma proporção mais significativa do que os demais grupos, isso não impediu que de cada R\$ 100,00 apropriados pelo conjunto dos trabalhadores residentes nas seis maiores RMs brasileiras, pouco mais que R\$ 10,00 acabasse sendo habitualmente auferida por uma mulher preta & parda.

Tempo em Curso

Elaboração escrita

Prof. Marcelo Paixão, Prof. João Saboia
(análise da conjuntura nacional), Elisa Monçores
e Guilherme Câmara

Pesquisadora assistente

Elisa Monçores

Bolsistas de iniciação científica

Guilherme Câmara
Hugo Saramago

Revisão de texto e copidesque

Alana Barroco Vellasco Austin

Editoração

Maraca Design

Apoio

Fundação Ford



FORDFOUNDATION

Equipe LAESER / IE / UFRJ

Coordenação Geral

Prof. Marcelo Paixão

Pesquisadores Assistentes

Prof. Cleber Lázaro Julião Costa
Elisa Alonso Monçores
Ricardo Mello
Sandra Machado

Colaboradores

Prof.^a Azoilda Loretto
Irene Rossetto Giaccherino
Prof. José Jairo Vieira

Bolsistas de iniciação científica

Bianca Carrasco — (Fundação Ford)
Danielle Oliveira — (Fundação Ford)
Elaine Carvalho — (Fundação Ford)
Guilherme Câmara — (Fundação Ford)
Hugo Saramago — (PIBIC – CNPq)
Iuri Viana (PIBIC – CNPq)

Assistente de coordenação

Prof.^a Elizete Menegat

Secretária

Luisa Maciel

Selecionados LAESER: indicadores representativos sobre desigualdades de cor ou raça no mercado de trabalho

Tabela I. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs, Brasil, abr/11 – abr/12 (em R\$, abr/12 - INPC)

	2011										2012		
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Homens Brancos	2.381,75	2.404,71	2.393,23	2.454,15	2.454,51	2.401,05	2.394,91	2.355,52	2.414,81	2.417,98	2.481,43	2.529,31	2.462,43
Mulheres Brancas	1.699,67	1.712,03	1.706,12	1.732,92	1.725,01	1.692,96	1.710,30	1.711,42	1.737,01	1.743,94	1.746,23	1.777,09	1.763,90
Brancos	2.067,90	2.087,20	2.076,28	2.122,13	2.118,14	2.073,28	2.075,39	2.055,67	2.098,56	2.105,74	2.142,06	2.182,55	2.142,31
Homens Pretos & Pardos	1.231,92	1.246,20	1.258,18	1.290,36	1.314,85	1.297,36	1.303,46	1.344,67	1.335,52	1.359,06	1.346,41	1.349,59	1.321,41
Mulheres Pretas & Pardas	910,42	908,1	908,74	932,34	955,3	936,79	963,89	974,64	975,46	1.013,09	1.019,53	1.018,23	1.006,75
Pretos & Pardos	1.088,91	1.097,00	1.105,08	1.132,48	1.158,13	1.139,18	1.154,00	1.182,28	1.177,72	1.207,90	1.202,75	1.203,49	1.181,44
PEA Total	1.618,62	1.637,39	1.646,17	1.682,68	1.691,62	1.660,94	1.660,69	1.662,93	1.681,57	1.692,73	1.712,61	1.740,10	1.719,51

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela II. Taxa de desemprego aberto da PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, abr/11 – abr/12 (em % da PEA total)

	2011										2012		
	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr
Homens Brancos	4,3	4,2	4,4	4,1	4,1	3,9	3,8	3,4	3,3	3,6	4,4	4,5	4,1
Mulheres Brancas	6,9	6,8	6,4	6,3	6,3	6,2	6,0	5,2	4,7	5,6	6,2	6,5	6,6
Brancos	5,5	5,4	5,3	5,1	5,1	5,0	4,8	4,2	3,9	4,6	5,2	5,4	5,3
Homens Pretos & Pardos	5,8	5,8	5,6	5,5	5,3	5,6	5,3	4,5	4,2	5,1	4,9	5,6	5,3
Mulheres Pretas & Pardas	9,4	9,5	9,2	9,1	9,3	9,3	8,8	8,6	7,5	8,6	8,2	9,2	9,2
Pretos & Pardos	7,5	7,5	7,2	7,1	7,1	7,3	6,9	6,3	5,7	6,6	6,4	7,2	7,0
PEA Total	6,4	6,4	6,2	6,0	6,0	6,0	5,8	5,2	4,7	5,5	5,7	6,2	6,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela III. Composição e variação da massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos recebida pela PEA residente nas seis maiores RMs, Brasil, abr/11 e abr/12 (em %)

	2011	2012	Varição da massa real
Homens Brancos	41,9	41,4	6,6
Mulheres Brancas	25,5	25,2	7,0
Brancos	67,3	66,6	6,7
Homens Pretos & Pardos	19,5	19,3	7,4
Mulheres Pretas & Pardas	11,6	11,8	9,9
Pretos & Pardos	31,1	31,2	8,3
PEA Total	100,0	100,0	8,0

Nota 1: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Nota 2: Massa de rendimento deflacionada para R\$ abr/12 - INPC

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela IV. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, seis maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, abr/11 (em R\$, abr/12 - INPC)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	1.887,44	2.903,15	2.592,00	2.599,65	2.392,83	1.925,91
Mulheres Brancas	1.335,02	2.184,90	1.599,69	1.958,96	1.677,84	1.435,83
Brancos	1.634,35	2.533,65	2.124,07	2.306,02	2.065,14	1.702,92
Homens Pretos & Pardos	955,57	1.206,66	1.293,25	1.319,97	1.241,11	1.169,75
Mulheres Pretas & Pardas	763,47	965,14	900,72	913,75	932,34	867,6
Pretos & Pardos	874,53	1.093,43	1.113,12	1.147,55	1.102,45	1.029,40
PEA Total	1.113,31	1.299,25	1.527,20	1.738,00	1.715,59	1.611,50

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela V. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada, seis maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, abr/11 (em R\$, abr/12 - INPC)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	1.887,44	2.903,15	2.592,00	2.599,65	2.392,83	1.925,91
Mulheres Brancas	1.335,02	2.184,90	1.599,69	1.958,96	1.677,84	1.435,83
Brancos	1.634,35	2.533,65	2.124,07	2.306,02	2.065,14	1.702,92
Homens Pretos & Pardos	955,57	1.206,66	1.293,25	1.319,97	1.241,11	1.169,75
Mulheres Pretas & Pardas	763,47	965,14	900,72	913,75	932,34	867,6
Pretos & Pardos	874,53	1.093,43	1.113,12	1.147,55	1.102,45	1.029,40
PEA Total	1.113,31	1.299,25	1.527,20	1.738,00	1.715,59	1.611,50

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela VI. Taxa de desemprego aberto da PEA residente, seis maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, abr/11 (em % da PEA total)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	4,1	6,5	4,0	2,8	5,2	3,4
Mulheres Brancas	8,8	10,0	5,6	5,3	8,1	5,4
Brancos	6,3	8,3	4,8	4,0	6,5	4,3
Homens Pretos & Pardos	6,9	7,2	4,4	4,2	6,8	5,4
Mulheres Pretas & Pardas	9,6	13,7	7,1	7,5	9,7	7,9
Pretos & Pardos	8,1	10,4	5,7	5,7	8,1	6,6
PEA Total	7,5	10,2	5,3	4,8	7,1	4,6

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela VII. Taxa de desemprego aberto da PEA residente, seis maiores Regiões Metropolitanas, Brasil, abr/12 (em % da PEA total)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
Homens Brancos	4,5	3,7	3,3	4,0	4,4	3,7
Mulheres Brancas	4,8	6,3	6,0	6,2	7,4	5,3
Brancos	4,6	4,9	4,7	5,0	5,8	4,4
Homens Pretos & Pardos	4,2	5,9	3,9	4,3	6,6	5,8
Mulheres Pretas & Pardas	8,3	11,8	6,6	8,6	9,9	7,9
Pretos & Pardos	6,0	8,7	5,2	6,2	8,1	6,8
PEA Total	5,6	8,3	5,0	5,6	6,5	4,7

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela VIII. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por faixas de escolaridade, Brasil, abr/11 (em R\$, abr/12 - INPC)

	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	De 1 a 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	11 ou mais anos de estudo
Homens Brancos	945,64	1.141,24	1.216,20	1.247,17	3.014,78
Mulheres Brancas	575,96	624,49	713,78	807,88	2.060,39
Brancos	779,48	928,9	1.020,06	1.071,62	2.548,63
Homens Pretos & Pardos	736,40	842,17	916,92	1.006,65	1.578,38
Mulheres Pretas & Pardas	553,00	558,88	611,95	688,36	1.145,15
Pretos & Pardos	658,81	726,37	794,21	877,64	1.368,19
PEA Total	700,27	795,52	887,01	961,94	2.100,59

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela IX. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por faixas de escolaridade, Brasil, abr/12 (em R\$, abr/12 - INPC)

	Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	De 1 a 3 anos de estudo	De 4 a 7 anos de estudo	De 8 a 10 anos de estudo	11 ou mais anos de estudo
Homens Brancos	879,79	1.163,67	1.190,57	1.335,52	3.096,39
Mulheres Brancas	607,14	646,38	762,88	859,32	2.106,10
Brancos	771,72	963,34	1.024,36	1.147,17	2.613,72
Homens Pretos & Pardos	825,08	902,55	979,51	1.038,11	1.677,81
Mulheres Pretas & Pardas	568,64	596,85	655,65	751,43	1.246,58
Pretos & Pardos	717,65	788,08	849,31	924,6	1.467,56
PEA Total	738,36	855,96	923,66	1.027,01	2.191,87

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela X. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por ramo de atividade, Brasil, abr/11 (em R\$, abr/12 - INPC)

	Indústria	Construção	Comércio	Serviços Financeiros	Administração Pública	Serviços Domésticos	Outros Serviços	Trabalhador por Conta Própria	Empregador
Homens Brancos	2.392,77	1.759,64	1.708,54	3.008,38	3.549,89	827,65	2.029,72	2.121,31	5.510,29
Mulheres Brancas	1.474,77	2.253,59	1.218,17	2.232,34	2.341,66	675,17	1.443,78	1.511,97	3.943,74
Brancos	2.046,25	1.800,55	1.498,73	2.671,42	2.768,20	683,02	1.790,74	1.883,59	5.010,35
Homens Pretos & Pardos	1.361,22	1.005,49	1.054,46	1.344,60	1.826,89	780,45	1.208,92	1.186,01	3.122,16
Mulheres Pretas & Pardas	887,45	1.562,49	774,4	1.017,03	1.378,44	597,31	830,96	824,03	2.676,60
Pretos & Pardos	1.197,86	1.029,69	940,39	1.213,93	1.541,10	608,3	1.045,59	1048,47	2.999,10
PEA Total	1.685,90	1.334,19	1.235,61	2.104,09	2.305,52	634,67	1.433,77	1.497,33	4.427,22

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XI. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por ramo de atividade, Brasil, abr/12 (em R\$, abr/12 - INPC)

	Indústria	Construção	Comércio	Serviços Financeiros	Administração Pública	Serviços Domésticos	Outros Serviços	Trabalhador por Conta Própria	Empregador
Homens Brancos	2.451,83	1.598,25	1.781,20	3.307,05	3.725,34	1.030,64	2.123,84	2.121,31	5.510,29
Mulheres Brancas	1.610,63	2.717,89	1.249,97	2.195,64	2.346,99	746,13	1.574,33	1.511,97	3.943,74
Brancos	2.142,13	1.708,71	1.556,14	2.811,82	2.835,83	764,49	1.898,69	1.883,59	5.010,35
Homens Pretos & Pardos	1.367,24	1.134,93	1.202,71	1.313,09	2.026,48	944,04	1.293,47	1.186,01	3.122,16
Mulheres Pretas & Pardas	991,84	1.244,69	887,39	1.052,32	1.507,75	656,64	940,37	824,03	2.676,60
Pretos & Pardos	1.238,04	1.139,83	1.073,73	1.206,50	1.695,03	668,69	1.143,68	1048,47	2.999,10
PEA Total	1.768,21	1.383,39	1.350,25	2.187,11	2.414,04	703,76	1.567,75	1.497,33	4.427,22

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XII. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por posição na ocupação, Brasil, abr/11 (em R\$, abr/12 - INPC)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador
Homens Brancos	869,59	767,23	2.076,47	1.740,20	3.378,04	1.807,86	4.140,66	1.932,58	5.207,72
Mulheres Brancas	775,48	614,50	1.598,43	1.306,41	2.388,19	1.776,79	2.992,22	1.418,42	3.738,20
Brancos	782,86	619,76	1.870,08	1.561,55	2.840,33	1.787,40	3.484,47	1.726,61	4.746,05
Homens Pretos & Pardos	883,54	636,88	1.176,40	862,82	1.763,04	1.099,54	2.300,81	1.093,07	2.859,74
Mulheres Pretas & Pardas	706,76	530,65	964,65	705,29	1.276,63	1.010,38	1.856,89	691,52	2.658,60
Pretos & Pardos	722,56	535,03	1.096,38	804,17	1.501,85	1.043,87	2.068,01	938,91	2.809,37
PEA Total	744,08	565,16	1.515,21	1.209,21	2.312,37	1.466,21	2.951,17	1.354,82	4.215,40

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XIII. Rendimento real médio habitualmente recebido pela PEA ocupada residente nas seis maiores RMs desagregada por posição na ocupação, Brasil, abr/12 (em R\$, abr/12 - INPC)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador
Homens Brancos	1.237,40	664,58	2.059,57	1.759,22	3.933,84	2.175,92	4.020,01	2.160,81	5.317,22
Mulheres Brancas	848,23	674,98	1.649,12	1.385,08	2.349,62	1.563,94	2.929,76	1.497,98	4.104,00
Brancos	885,97	674,56	1.880,55	1.598,65	3.120,29	1.794,19	3.416,75	1.901,19	4.944,85
Homens Pretos & Pardos	1.065,08	810,22	1.244,70	889,31	1.764,67	1.226,85	2.402,95	1.209,97	2.908,18
Mulheres Pretas & Pardas	769,70	591,12	1.027,53	739,58	1.301,10	1.056,10	2.116,59	776,75	2.936,12
Pretos & Pardos	787,11	598,09	1.162,35	832,14	1.498,09	1.121,68	2.253,55	1.048,55	2.916,11
PEA Total	826,54	624,64	1.556,01	1.254,69	2.491,02	1.524,06	3.009,52	1.528,97	4.395,15

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XIV. Taxa de desemprego por grupos de idade nas seis maiores RMs, Brasil, abr/11 (em % da PEA total)

	10 a 16 anos	17 a 24 anos	25 a 40 anos	41 a 64 anos	65 anos ou mais	Total
Homens Brancos	14,9	12,1	3,6	2,1	0,3	4,3
Mulheres Brancas	29,7	16,0	6,5	3,5	1,3	6,9
Brancos	21,3	13,9	5,0	2,7	0,7	5,5
Homens Pretos & Pardos	22,4	14,6	4,5	2,5	2,7	5,8
Mulheres Pretas & Pardas	31,0	20,9	8,8	4,0	4,0	9,4
Pretos & Pardos	26,2	17,4	6,5	3,2	3,3	7,5
PEA Total	23,7	15,7	5,8	2,9	1,7	6,4

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XV. Taxa de desemprego por grupos de idade nas seis maiores RMs, Brasil, abr/12 (em % da PEA total)

	10 a 16 anos	17 a 24 anos	25 a 40 anos	41 a 64 anos	65 anos ou mais	Total
Homens Brancos	12,5	10,7	3,8	2,1	0,9	4,1
Mulheres Brancas	36,2	13,6	6,7	3,3	0,0	6,6
Brancos	23,3	12,1	5,2	2,6	0,6	5,3
Homens Pretos & Pardos	18,5	13,5	4,3	2,2	0,9	5,3
Mulheres Pretas & Pardas	32,9	21,1	8,8	4,1	1,6	9,2
Pretos & Pardos	24,5	16,8	6,4	3	1,2	7,0
PEA Total	23,9	14,4	5,7	2,8	0,8	6,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XVI. Taxa de subocupação por falta de tempo de serviço em todos os trabalhos nas seis RMs, Brasil, abr/11 e abr/12 (em % da PEA ocupada)

	2011	2012	Varição
Homens Brancos	1,8	1,2	-0,4
Mulheres Brancas	3,0	2,1	-0,6
Brancos	2,3	1,7	-0,5
Homens Pretos & Pardos	2,2	1,7	-0,6
Mulheres Pretas & Pardas	4,2	3,1	-1,4
Pretos & Pardos	3,1	2,3	-1,0
PEA Total	2,7	2,0	-0,7

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XVII. Taxa de subocupação por falta de remuneração em todos os trabalhos nas seis RMs, Brasil, abr/11 e abr/12 (em % da PEA ocupada)

	2011	2012	Varição
Homens Brancos	7,8	8,4	0,6
Mulheres Brancas	13,3	12,6	-0,7
Brancos	10,3	10,3	0,0
Homens Pretos & Pardos	17,3	16,6	-0,7
Mulheres Pretas & Pardas	25,8	25,4	-0,4
Pretos & Pardos	21,1	20,5	-0,6
PEA Total	15,3	14,9	-0,4

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XVIII. Distribuição da PEA desempregada residente nas seis maiores RMs, por tempo de duração da procura por emprego, Brasil, abr/11 (em % PEA desempregada)

	Até 30 dias	De 1 a 6 meses	De 7 a 11 meses	De 12 a 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Homens Brancos	25,5	59,4	3,8	7,5	3,8	100,0
Mulheres Brancas	27,3	54,3	3,8	7,4	7,2	100,0
Brancos	26,6	56,4	3,8	7,4	5,8	100,0
Homens Pretos & Pardos	27,7	55,7	4,6	6,3	5,7	100,0
Mulheres Pretas & Pardas	28,6	46,8	6,3	9,8	8,5	100,0
Pretos & Pardos	28,2	50,6	5,6	8,3	7,3	100,0
PEA Total	27,5	53,0	4,8	7,9	6,8	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XIX. Distribuição da PEA desempregada residente nas seis maiores RMs, por tempo de duração da procura por emprego, Brasil, abr/12 (em % PEA desempregada)

	Até 30 dias	De 1 a 6 meses	De 7 a 11 meses	De 12 a 24 meses	Mais de 24 meses	Total
Homens Brancos	32,1	50,8	6,2	7,4	3,5	100,0
Mulheres Brancas	27,3	55,3	5,6	7,0	4,8	100,0
Brancos	29,3	53,4	5,8	7,2	4,3	100,0
Homens Pretos & Pardos	31,5	51,3	6,0	7,0	4,2	100,0
Mulheres Pretas & Pardas	27,8	48,2	7,7	9,8	6,4	100,0
Pretos & Pardos	29,3	49,5	7,0	8,7	5,5	100,0
PEA Total	29,2	51,4	6,5	7,9	5,0	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XVIII. Distribuição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs por posições na ocupação, Brasil, mar/11 (em % da PEA ocupada)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador	Não Remunerado	Total
Homens Brancos	0,2	0,2	50,7	12,1	1,7	0,9	7,1	19,3	7,5	0,3	100,0
Mulheres Brancas	3,9	6,1	44,6	10,4	2,7	1,7	10,7	15,5	3,6	0,8	100,0
Brancos	1,9	3,0	47,9	11,3	2,1	1,3	8,8	17,6	5,7	0,5	100,0
Homens Pretos & Pardos	0,7	0,4	54,9	12,7	1,5	0,8	5,2	20,7	3,0	0,2	100,0
Mulheres Pretas & Pardas	8,1	12,7	41,0	10,3	2,2	1,4	6,9	15,4	1,2	0,8	100,0
Pretos & Pardos	4,0	5,9	48,7	11,6	1,8	1,1	6,0	18,3	2,2	0,5	100,0
PEA Total	2,9	4,3	48,2	11,5	2,0	1,2	7,5	17,9	4,1	0,5	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso)

Tabela XXI. Distribuição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs por posições na ocupação, Brasil, abr/12 (em % da PEA ocupada)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador	Não remunerado	Total
Homens Brancos	0,4	0,2	51,0	10,8	1,8	0,9	7,6	19,9	7,2	0,2	100,0
Mulheres Brancas	3,9	5,6	46,3	9,7	2,2	1,9	11,1	15,0	3,8	0,6	100,0
Brancos	2,0	2,7	48,8	10,3	2,0	1,3	9,2	17,7	5,6	0,4	100,0
Homens Pretos & Pardos	0,4	0,3	55,3	11,9	1,2	0,8	5,5	20,9	3,5	0,1	100,0
Mulheres Pretas & Pardas	7,3	12,7	42,0	9,2	2,0	1,6	7,3	15,5	1,7	0,6	100,0
Pretos & Pardos	3,5	5,8	49,3	10,7	1,6	1,2	6,3	18,5	2,7	0,3	100,0
PEA Total	2,6	4,1	48,9	10,5	1,8	1,3	7,9	18,0	4,4	0,4	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XXII. Composição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs por posições na ocupação, Brasil, abr/11 (em % da PEA ocupada)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador	Não remunerado	Total
Homens Brancos	2,8	1,3	30,0	30,1	27,2	19,5	26,3	30,4	48,2	14,8	28,3
Mulheres Brancas	33,0	34,6	22,8	21,4	32,5	37,7	35,0	20,3	22,1	40,4	24,3
Brancos	35,8	35,9	52,8	51,4	59,7	57,2	61,3	50,6	70,3	55,2	52,6
Homens Pretos & Pardos	5,7	2,6	28,8	29,4	18,5	15,9	18,0	29,8	19,9	10,0	25,7
Mulheres Pretas & Pardas	58,4	61,0	17,5	17,6	21,5	26,4	19,7	18,5	6,6	34,5	20,7
Pretos & Pardos	64,2	63,6	46,3	47,1	40,0	42,3	37,8	48,3	26,5	44,5	46,4
PEA Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).

Tabela XXIII. Composição da PEA ocupada residente nas seis maiores RMs por posições na ocupação, Brasil, abr/12 (em % da PEA ocupada)

	Emprego Doméstico com Carteira	Emprego Doméstico sem Carteira	Emprego com Carteira no Setor Privado	Emprego sem Carteira no Setor Privado	Emprego com Carteira no Setor Público	Emprego sem Carteira no Setor Público	Militar ou Funcionário Público	Trabalhador por Conta Própria	Empregador	Não remunerado	Total
Homens Brancos	3,9	1,4	30,0	29,6	28,3	20,7	27,7	31,7	47,2	11,7	28,7
Mulheres Brancas	36,0	33,4	23,2	22,5	29,7	36,4	34,4	20,4	20,9	41,3	24,5
Brancos	39,9	34,8	53,1	52,0	58,0	57,0	62,1	52,2	68,1	53,0	53,3
Homens Pretos & Pardos	3,6	2,1	28,6	28,7	16,7	16,2	17,5	29,3	20,2	10,6	25,3
Mulheres Pretas & Pardas	56,4	62,8	17,4	17,8	22,9	26,2	18,8	17,4	8,0	34,0	20,3
Pretos & Pardos	60,1	64,9	46,0	46,4	39,6	42,4	36,3	46,7	28,2	44,6	45,6
PEA Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: PEA total inclui amarelos, indígenas e cor ignorada.

Fonte: IBGE, microdados PME. Tabulação LAESER (banco de dados Tempo em Curso).